

Diários de Guerra: mulheres, livros e testemunhos

JUÇARA LUZIA LEITE*

Fontes para investigações (auto) biográficas: testemunhos e documentos

Investigações (auto) biográficas inserem-se em confluências de saberes como História e Memória. Trata-se, portanto, de reservar um olhar sensível para narrativas de si (um si individual e/ou coletivo), considerando que o sujeito que investe em uma dada escrita de si (ou escrita auto referente) o faz levado a percursos e atitudes (auto) biográficas, como, por exemplo, a constituição de um acervo pessoal. O presente trabalho, ao investigar os diários e depoimentos de enfermeiras brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial, privilegia um tipo de olhar mais intimista e cotidiano registrado no que se convencionou compreender como um “diário”. O que discutiremos aqui são os diferentes olhares presentes em dois diários articulando-os a um testemunho, bem como a especificidade de fontes (auto) biográficas que, uma vez publicadas como livro, devem ser redimensionadas na tensão testemunho/ documento (CHARTIER, 2009).

O tema proposto suscita diferentes abordagens, não apenas nas interseções, mas também em bifurcações e divergências. Tão logo decidi abordá-lo através de uma estratégia de integração, lá estava ele novamente separado, divergente, múltiplo e cheio de arestas. Para sanar esta dificuldade, optei pelos diários de Elza Cansação Medeiros e Olímpia de Araújo Camerino e pelo testemunho de Berta Moraes. É preciso esclarecer que os dois diários utilizados neste trabalho se transformaram em livros. O de D. Olímpia foi publicado pela Capemi com o título *A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial*; o de D. Elza foi dividido em duas publicações: *Nas barbas do tedesco* (1955) e *E foi assim que a cobra fumou* (1987). O testemunho de D. Berta foi publicado em coletânea intitulada *Depoimentos de oficiais da reserva sobre a FEB*.

Sendo o livro um objeto cultural e, como tal, portador de historicidade própria, não há como deixar de relacionar os relatos das três enfermeiras com as relações políticas que

* Professora Associada da UFES, Doutora em História Social.

instituem lugares para a memória, transformando-os em mercadoria bem rentável. Para dinamizar este pensamento, recorri a três pensadores.

Ulpiano Bezerra de Menezes (1999 In SILVA, 1999: 12) nos lembra que “a memória está em voga e não só como tema de estudo entre especialistas. Também a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicações respectivas está na ordem do dia” Neste sentido, poderemos encarar a memória (mas também a História, como enfatizam alguns) como uma modalidade de representação do social a partir de práticas que pressupõem problemas documentais; e, seguindo Menezes, considerar em nossas interseções as dimensões técnica, existencial, política e socioeconômica.

Raphael Samuel (1999), em parte baseando-se em Maurice Halbwachs, recorda-nos que a memória é primitiva e instintual, enquanto a história é consciente. A primeira advém naturalmente à mente, e a segunda é produto de análise e reflexão. Memória é subjetiva e cheia de emoção. História é objetiva e tem o poder de abstração. Samuel afirma, entretanto, que a memória é dinâmica e está dialeticamente relacionada ao pensamento histórico.

Por sua vez, Roger Chartier (2009) nos fala que as modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado geram produção de diferentes conhecimentos (sempre ligados às relações de poder inerentes às próprias sociedades que os produzem). Chartier nos ensina (inspirado em Ricoeur) que, por isso, o que se deve analisar em primeiro lugar são as concorrências.

A primeira distingue *testemunho* de *documento*. O testemunho, é claro, é inseparável da testemunha e depende do grau de admissibilidade que atribuímos a ele. Seu crédito se baseia, assim, na confiança que outorgamos à testemunha. O documento, de natureza indiciária, permite a ilusão do acesso a acontecimentos sem a dependência da recordação subjetiva, pode ser submetido ao exercício crítico dos vestígios do passado.

A segunda diferença distingue o *immediatismo da reminiscência* da *construção da explanação histórica*. Esta última pode ser compreendida como explicação pelas

regularidades e causalidades (desconhecidas por quem *viveu* aquela História), ou explicação de razões mobilizadas em estratégias explícitas.

Uma terceira diferença opõe *reconhecimento do passado e representação do passado* (o conceito de representação aqui é compreendido como objeto e como operação, isto é, de acordo com o esquema mental de Chartier já explorado em suas obras anteriores.). A intenção de uma verdade histórica (construção de modelos de inteligibilidade e interpretação a partir de documentos considerados como vestígios do passado) opõe-se à espontaneidade da memória que se propõe como fiel.

Não obstante a capacidade da História representar o passado fundamentar-se no processo que se inicia no estabelecimento da prova documental, passando pela construção de uma dada explicação e alcançando à forma de um texto, o testemunho da memória nos assegura a existência do passado. Para alguns, a memória deve ser considerada a matriz da História e guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado. Ora, não se trata, portanto, de opor História e Memória, mas de reconhecer que o testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi, e que talvez ainda esteja.

De qualquer forma, para o presente trabalho, é conveniente lembrar a afirmativa de Chartier (2009: 24):

Mesmo que aproximadas, memória e História continuam sendo incomensuráveis. A epistemologia da verdade que rege a operação historiográfica e o regime da crença que governa a fidelidade da memória são irredutíveis, e nenhuma prioridade, nem superioridade, pode ser dada a uma à custa da outra.

Bem, este preâmbulo teórico-conceitual demonstra apenas que são muitas as questões relativas à fronteira História e Memória, tema vasto e íngreme, e que, como se pode falar de tudo, escolhi algumas memórias para falar da história.

Por isso, dentre os vários relatos que temos à disposição, escolhi aqueles de mulheres que foram à luta: as enfermeiras brasileiras “febianas” na Segunda Guerra Mundial.

Algumas simples razões fundamentaram minha escolha: em primeiro lugar, este é um tema pelo qual tenho afeto e sobre o qual já escrevi (LEITE, 2000). Em segundo lugar, porque existe, dessa forma, a oportunidade de refletirmos também sobre a construção de identidades (neste caso a feminina) inerentes a toda escrita de si. Por último, o fato de que os relatos/memórias dos quais falamos terem sido publicados em livro, o que redimensiona o seu papel como fonte. Penso, dessa forma, que diários que nos revelam memórias publicadas no suporte de livro seria também uma ótima oportunidade para refletirmos sobre a construção de representações, a circulação dos impressos e os dispositivos de apropriações.

Tendo essas considerações como questões de fundo, e com base na bibliografia produzida pelas enfermeiras que acompanharam a força expedicionária brasileira e o 1º Comando de Caça no teatro de operações italiano durante a segunda guerra mundial, pretendo ressaltar as vicissitudes que elas enfrentaram para a satisfação do ideal que as motivara e divulgar alguns aspectos da pouco difundida participação feminina na história militar brasileira.

A presença feminina na Guerra

Joaquim Norberto de Sousa e Silva, na segunda metade do século XIX, escreveu um conjunto de pequenas biografias intitulado *Brasileiras Célebres* (publicado em 1862). Após longo capítulo panorâmico sobre a História do Brasil, que é, na realidade, o fio condutor da narrativa, o autor disserta sobre a vida de mulheres cujos papéis na História brasileira as colocaram na categoria de heroínas. Diversos tipos de mulheres encontram-se na obra: a nativa, a religiosa, a intelectual, a patriota, a guerreira... O que as une é a intenção do autor retratar, através dessas mulheres, um exemplo de virtudes, castidade, maternidade, e uma submissão adequada, isto é, um determinado ideal de mulher.

Essa idealização esteve presente na mentalidade brasileira por longo tempo. No entanto, os estudos sobre a Guerra do Paraguai demonstram que, já naquela época, algumas mulheres não se sentiam à vontade em meio às regras impostas pela sociedade patriarcal. Segundo o Visconde de Taunay, na sua Retirada da Laguna, cerca de sessenta mulheres acompanharam as tropas brasileiras. Eram, em sua maioria, esposas, mães, irmãs, que se aventuravam na guerra para cuidar de seus maridos, filhos ou irmãos.

É impressionante a constatação, por parte dos historiadores, do esquecimento a que foi relegada a mulher na História Militar do Brasil. Principalmente se lembrarmos que, acrescido ao já arraigado imaginário sobre a condição feminina que herdamos do último século, o cinema americano contribuiu para disseminar o caráter assistencialista da contribuição feminina na Guerra. Além disso, o trabalho que porventura era realizado por mulheres familiares dos militares, na virada do século, era reconhecido apenas em seu valor humanitário e cristão.

Mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, com a participação de mulheres na Força Expedicionária Brasileira e no 1º Grupo de Caça da Aeronáutica, muito foi feito para que essas mulheres não fizessem parte de nossa memória. Basta lembrar que muitas sequer puderam participar do desfile em homenagem ao retorno das tropas brasileiras, sendo desligadas imediatamente do Exército. Maristela Freitas Silva (1995: 125), em dissertação de mestrado, alertava:

Não é sem motivo que a sociedade jamais percebeu o valor e sequer a presença das enfermeiras na guerra, pois o trabalho de inculcação ideológica foi tão forte que parece que as próprias enfermeiras esqueceram-se de si mesmas na guerra, tanto que, quando relatam o episódio, falam da importância de tudo e de todos, menos delas mesmas.

Apenas em 1957, a incorporação dessas mulheres ao efetivo do Exército foi considerada, e as fepianas puderam se integrar à vida militar. Mesmo assim, no final dos anos 1980, as campanhas de alistamento feminino nas Forças Armadas deixavam

claro que não houvera antes outras mulheres brasileiras militares. O que houvera, então?

Em 28 de janeiro de 1943, o Ministro da Guerra, General Dutra, apresentou ao Presidente da República uma exposição de motivos na qual admitia a participação de uma Força Expedicionária Brasileira fora do continente. Em 31 de março de 1943, o *The New York Times*, anunciou, em manchete de primeira mão, que o Brasil enviaria força expedicionária para o exterior. Convém lembrar que o Nordeste brasileiro era uma região estratégica para os americanos que instalaram uma base militar no Rio Grande do Norte. Em agosto, o Marechal Mascarenhas de Moraes foi convidado para comandar uma das divisões do que viria a ser o Corpo Expedicionário Brasileiro. Em 9 de setembro, foi publicada no jornal A Noite (Rio de Janeiro) a abertura de inscrição para as enfermeiras que acompanhariam o Corpo Expedicionário. Exigia-se alguma prática.

Berta Moraes conta, em seu depoimento, que foi a primeira a se inscrever e, por isso, foi muito procurada por jornalistas e assediada pela população. No entanto, o tempo passava e a morosidade do governo brasileiro na tomada de atitudes em relação à sua participação na guerra denotava falta de pressa. Apenas em 5 de janeiro de 1944 foi oficialmente criado o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército e, em 11 de janeiro, foram novamente abertas as inscrições. Em 28 de janeiro, foi iniciado o Curso.

Podemos assim, concordar com a opinião de muitos pesquisadores que afirmam terem sido as enfermeiras da FEB as primeiras brasileiras a ingressarem *oficialmente* no serviço ativo das Forças Armadas Brasileiras. Difícil é estabelecer o direito da primazia requerido tanto por Berta Moraes quanto por Elza Cansação Medeiros. Mas sabemos que as primeiras mulheres que partiram *sigilosamente* para o serviço ativo das Forças Armadas do país foram, por ordem alfabética e de acordo com Elza Cansação Medeiros (1955): Antonieta Ferreira, Carmen Bebiani, Elza Cansação Medeiros, Ignácia de Mello Braga e Virgínia de Niemeyer Porto Carneiro, todas do Rio de Janeiro. Ao todo, 67 enfermeiras seguiram para a Itália junto à FEB, além de 6 encarregadas de atuarem no serviço de remoção aérea junto ao Comando de Caça da FAB: Antonina

Martins, Isaura Barbosa Lima, Judith Áreas, Maria Diva Campos, Ocimara Moura Ribeiro, e Regina Cordeiro Bordalho (todas da Escola Anna Néri no Rio de Janeiro, atualmente integrada à UFRJ). Houve ainda aquelas que fizeram o *Curso de Transporte Aéreo de Feridos*, realizando o transporte aéreo da Itália para o Brasil e para os EUA. Foram elas: Dirce da Costa Leite, Joana Simões Araújo, Leonalda Campos, Maria José Vassimon de Freitas, Sara de Castro, e Semiramis de Queiroz Montenegro.¹

Por meio dos relatos que elegemos como fonte, é possível analisar, no contexto da educação feminina da época, como se constituiu, e sob que formas se expressou, o código de posturas ao qual foram submetidas mulheres brasileiras que se propuseram ir à Guerra como enfermeiras da FEB. A partir desse diálogo entre a norma e as práticas, verificamos quais sentimentos são expressos em suas narrativas, quais ideais as motivaram, as vicissitudes que enfrentaram, os sujeitos envolvidos, os fatos privilegiados em seus registros, quais (e como) sentidos eram especialmente educados. Assim sendo, acreditamos também contribuir para o debate sobre a especificidade das fontes, no que concerne à fronteira História e Educação, bem como sobre como esse passado é usado, no presente, para a construção de uma dada memória e para a produção de silenciamentos sobre a presença feminina na Guerra.

De acordo com depoimentos, a FEB teve tensões e dissensos em sua organização e desenvolvimento, sobretudo, porque grande parte do oficialato era contrária à idéia de lutar o Brasil do lado americano. Sua configuração, dessa forma, se tornou lenta, dependendo de improvisações, com constantes trocas de comandos e chefias. Segundo Elza Cansação (1987: 65.), “[...] havia muito interesse pessoal em jogo, principalmente de fundo afetivo”. A visão de Berta Moraes (1949: 408-409), entretanto, foi mais complexa posto acreditar que sua ocorrência passou por cima de conflitos internos às Forças Armadas, bem como da oposição política, e se deu às pressas, sem que houvesse preparo adequado dos jovens, homens e mulheres:

O fato de terem sido muito mal feitas as inspeções de saúde, principalmente do pessoal do 1º escalão, fez com que baixassem de bordo para o hospital

¹ Joana Simões Araújo e Leonalda Campos fizeram seus cursos preparatórios para a guerra em seu estado natal, a Bahia.

na Itália cerca de 300 homens com as enfermidades mais diversas, tais como sarampo, catapora, coqueluche, varicela e doenças venéreas.

O Curso Preparatório das enfermeiras foi igualmente emergencial. Tinha duração de seis semanas e seu programa abordava aspectos amplos e variados do que poderia vir a ser o cotidiano nos hospitais militares da Itália. No Rio de Janeiro, a parte teórica coordenada pelo Major Médico Dr. Augusto Marques Torres, sob a orientação da Diretoria de Saúde do Exército e abordava, dentre outros aspectos, epidemiologia e profilaxia da malária, serviços de clínica oftalmológica e otorrinolaringológica. A parte de preparação física contou com a direção da Professora Íris Rodrigues Belo, que submeteu as futuras enfermeiras a marchas rastejantes, subidas em cabo, saltos, corridas e natação. A parte de instrução militar ficou sob a orientação do Capitão Carlos de Meira Mattos e do 1º Tenente Médico Dr. Fernando Mangia, e visava a adaptar moças aos regulamentos militares. Houve uma demonstração final da preparação técnica das enfermeiras com a presença do então General Mascarenhas de Moraes. No entanto, podemos verificar a ambigüidade das representações construídas pelas enfermeiras em seus relatos e memórias se compararmos dois trechos de diferentes depoimentos. O primeiro, de Berta de Moraes (1949: 408-409):

Como amostra de previsão intelectual, a direção do Curso nos obrigou a umas intoleráveis e ridículas aulas de francês [...]. Não saberiam os responsáveis pelo Curso (ou teria sido difícil prever?) que iríamos viajar em transportes americanos, que iríamos ser empregadas com tropas americanas, que iríamos permanecer dias e dias em bases americanas? [...] continuávamos a ignorar, por exemplo, o emprego do termômetro Fahrenheit [...].

O segundo, de Olímpia de Araújo Camerino (1983: 32):

Ao mesmo tempo em que se adestravam os rapazes da Força Expedicionária Brasileira, que defenderam nos campos de batalha da Europa, com bravura e civismo, a honra e a causa da nossa Pátria, fortalecendo as nossas gloriosas tradições militares, outros trabalhos especiais de adestramento eram realizados, com o fim de preparar uma turma de enfermeiras para

completar a nossa expedição oferecendo-lhes os modernos conhecimentos e recursos de guerra.

É interessante ressaltar a negativa que a Escola de Enfermagem Anna Néri, considerada, então, modelo de formação das profissionais de enfermagem, assumiu *em ceder suas enfermeiras* para atuar na guerra, sem posto e sem soldo de oficial, visto considerar abaixo do nível mínimo de amparo em que eram universalmente admitidas profissionais dessa natureza. Por isso, a convocação se estendia a todas com *alguma prática*. E a *síndrome de Ana Néri* se fez sentir na motivação das mulheres que se inscreveram.²

Segundo Maristela Freitas Silva (1995: 52) que recolheu, ao longo de sua pesquisa, alguns depoimentos de febianas, o que mais movia essas mulheres era a ideologia inculcada que relacionava a imagem da enfermeira com o cuidar abnegado. Também Nanci Leonzo (1998: 52) identificou a presença dessa ideologia no ideário febianos:

Até mesmo aquelas que se integraram à Força Expedicionária Brasileira (FEB) sentiram os efeitos do que denominei 'síndrome de Ana Néri', incentivada, na primeira década deste século, pela brilhante atuação da Cruz Vermelha, levada para as telas do mundo inteiro com o objetivo de garantir, através de enredos repletos de paixão e aventura, a passagem dos pressupostos ideológicos do imperialismo norte-americano.

Não é à toa que o General Carlos de Meira Mattos (1983), ao prefaciar o livro *A Mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial*, de Olímpia Camerino de Araújo, assim se expressou:

À História do Brasil na Segunda Guerra faltava um relato tão completo sobre o papel desempenhado pela nossa Enfermeira Militar que, 75 anos após a Guerra do Paraguai, reviveu em todo o esplendor e beleza a figura heróica de Ana Nery. Esta enfermeira da Segunda Guerra Mundial renova em nós a fé nos valores morais e na bravura de nossa gente, demonstradas nas horas difíceis de conflitos bélicos inevitáveis.

² A expressão é utilizada por LEONZO, 1998.

A heterogeneidade das enfermeiras quanto à instrução, motivação e origem era grande. O Curso Preparatório ocorreu em diversos estados. Na cidade do Rio de Janeiro, onde ocorreu o maior número de inscritas, as aulas eram ministradas em diversos locais e o deslocamento das enfermeiras, que eram impedidas até mesmo de fazer as refeições no hospital onde treinavam, não parecia ser uma medida estimuladora: manhã no Hospital Central do Exército, no subúrbio de Triagem, para as aulas práticas; almoço em qualquer lugar; tarde no Palácio da Guerra (atual Palácio Duque de Caxias), no centro da cidade, para as aulas teóricas; fim de tarde no Forte São João, na Urca, para as aulas de educação física e Ordem Unida. Basta consultar um mapa da cidade do Rio de Janeiro para compreender o sacrifício de deslocamento dessas mulheres.

Falta de estímulo era o que não faltava. A reprovação social veio a se revelar com toda a força, quando a Sra. Dutra foi nomeada patrono das Enfermeiras da FEB. Às moças que lhe levaram a notícia, ela apontou a porta da rua dizendo em voz alta que era contra o fato de mulheres entrarem no Exército e que isso era coisa de *moças que não prestavam* (MORAIS, 1949: 411). Tal opinião, aliás, parecia ser comum, e as atitudes do Exército em relação às mulheres não a melhoravam. Para piorar, as primeiras enfermeiras foram enviadas na surdina, sem que a escolha se baseasse em notas, aproveitamento ou experiências anterior. Mesmo durante as aulas, algumas preferências se evidenciavam quando determinadas alunas ficavam isentas das aulas de educação física, por exemplo. (MORAIS, 1949: 410)

Não houve, portanto, formação adequada para as tropas que seguiram para a Itália. Das 67 mulheres que *foram à luta*, possuíam formação superior como enfermeiras apenas:

- a) Escola de Enfermagem Anna Néri (Rio de Janeiro): Olga Mendes, Nair Paulo de Melo, Altanira Pereira Valadares;
- b) Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha: Antonieta Ferreira;
- c) Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: Ondina Miranda de Souza;
- d) Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo: Berta Morais e Maria Aparecida França.

Na Guerra, diplomadas ou não, não havia distinção, as tarefas eram para todas e todas se submeteram ao Curso Preparatório no Exército. É preciso deixar claro que, para 25 mil soldados brasileiros, foram enviadas apenas 67 enfermeiras (o governo aceitara inscrições inclusive de mulheres com menos de 21 anos que, por lei, estavam ainda sob a tutela de seus pais). Isso significou, segundo Berta Morais (1949: 495), que: “[...] num hospital avançado, durante a guerra, seria preciso acomodar numa enfermaria de serviço, 10 enfermeiras em 12 enfermarias, cada enfermaria com 64 homens acamados”.

A viagem de ida era longa: primeiramente, iam para a base americana em Parnamirim (RN), passados alguns dias, seguiam para Dakar, dali para Casablanca e, depois, para Nápoles. Nessa época, a Itália já havia se rendido às tropas aliadas, mesmo assim, a chegada à Itália era lamentável. O depoimento de Berta Morais (1949) nos revela que as moças viam ruir por terra qualquer tentativa de vaidade com o uniforme que lhe era dado e com a obrigatoriedade da exposição de seus corpos durante o banho. Isto é, como o parâmetro era a enfermeira americana com a qual as brasileiras trabalhavam, estas preferiam tomar banho depois daquelas, para não mostrarem as feias *lingeries*. Como as brasileiras não eram oficiais, as colegas americanas não as reconheciam como iguais e as destrataavam. A solução chegou com a autorização para que as enfermeiras portassem uma estrela em seus uniformes, elevando-se simbolicamente a tenentes, mas o soldo e o status continuavam ao de um 3º sargento. De acordo com Elza Cansanção (1955: 254):

O Brasil e o povo brasileiro deve, portanto, se orgulhar de suas enfermeiras, que não trepidaram ao trocar o conforto de seus lares pelo futuro desconhecido e perigoso de um campo de batalha, sem outro interesse que o de servir aos seus semelhantes, mitigando-lhes as dores e consolando-os com uma palavra de carinho nas horas mais difíceis. Não foi o soldo de Cr\$ 520,00 que as levou ao serviço ativo do Exército, pois que muitíssimo mais do que isso poderiam ganhar em qualquer hospital brasileiro, nem tão pouco o espírito de aventura, mas sim a compreensão de seu dever pátrio e o espírito puramente humanitário.

Esse espírito esteve presente no cotidiano das enfermeiras na Itália. Olímpia Camerino (1983: 53) contou alguns casos comoventes, que nos fizeram refletir acerca do ideal subjacente à aceitação daquela situação por parte das enfermeiras:

Com queimaduras generalizadas, chegou à minha enfermaria envolvido em gases, tendo a descoberto apenas a boca. Fazia-lhe curativos, dava-lhe os alimentos e o assistia com freqüência. Foi evacuado para o Brasil. De volta da Guerra, fui visitar o Hospital Central do Exército a fim de rever os meus doentes. Ao entrar em uma das enfermarias, vi correr para mim um doente que me abraçou chamando-me pelo nome e me disse: eu sou o Silva. Não o conhecia, nem ele a mim. A gaze que o envolvia, inclusive os olhos, não o permitia. Ele então falou: Conheci a senhora pela voz. Grande foi minha emoção.

Outros casos comoventes foram narrados por Olímpia Camerino. Gostaria de resumir dois, apenas para ilustrar o dia a dia do front e o forte componente emotivo presente nas narrativas:

- A Bandeira ferida: homenagem que os doentes fizeram à Olímpia Camerino, presenteando-a com uma bandeira brasileira encontrada destroçada. Os doentes a remendaram com esparadrapo e presentearam à enfermeira com o título de bandeira ferida. (1983: 67)

- A Compaixão do Brasileiro: um soldado brasileiro muito ferido viu chegar ao hospital o alemão que o ferira (o hospital recolhia também os feridos inimigos) e o jurou de morte. Preocupadas, as enfermeiras vigiavam o tedesco que teve ambos os braços amputados. Certa noite, uma das enfermeiras sobressaltou-se pois notara a presença do brasileiro junto ao alemão falando: *toma, toma, desgraçado!* Cautelosa, a enfermeira aproximou-se e surpreendeu-se ao ver o brasileiro dando de fumar ao soldado amputado que agradecia em sua língua. (1983: 70)

Em todos os depoimentos há um ponto em comum: por mais diversos que fossem os locais de atuação das enfermeiras brasileiras, nada era mais triste que as crianças italianas que chegavam feridas, geralmente por explosões de minas.

Em várias regiões da Itália, houve a presença das enfermeiras brasileiras que atuaram em hospitais de diferentes tipos:

- Field Hospital: localizava-se de 2 a 4 milhas da frente de combate, era instalado em barracas ou prédios desocupados, recepcionava e selecionava os feridos. Os doentes lá permaneciam por cerca de um mês para serem transferidos para o hospital geral (o 32º em Pavena e o 35º e, Sparanise).

- Evacuation Hospital: instalados em barracas, situava-se cerca de 30 km atrás do Field Hospital. Podia ser deslocado de acordo com a necessidade da tropa e recebiam soldados do Field Hospital ou diretamente do front (o 15º em Piacenza, o 16º em Pistoia, o 38º em Pisa, que chegou a ser inundado por uma cheia do Arno).

- Station Hospital: instalados nos melhores prédios das cidades ocupadas, ou em barracas. Dispunham de recursos para intervenções de emergência (7º em Livorno, 105º e 154º em Tarquínia).

- General Hospital: era o hospital de retaguarda. Alguns tinham capacidade para até 3 mil leitos, dispondo de recursos materiais mais especializados (24º em Florença, 42º, 45º, 182º e 300º - todos em Nápoles - e 12º, em Livorno).

Olímpia Camerino e Berta Moraes fizeram parte do último grupo a regressar ao Brasil (as demais enfermeiras do grupo eram Maria Aparecida França, Elza Miranda da Silva, Jacira de Souza Góis, e Sílvia de Souza Barros) que teve como tarefa escoltar a prisioneira de guerra Patrícia Margarida Hirschmann, que transmitia, pela rádio de Milão, o programa Auri-verde, considerado ofensivo para o Brasil. A volta não foi menos penosa que a ida e, apesar da vitória, ao desembarcarem em solo brasileiro, perceberam que grande parte de suas bagagens haviam se extraviado e, com elas, suas lembranças. Além disso, Berta Moraes (1949: 418) nos conta que haviam sido desligadas do Exército e sentiam como se não passassem de uma página virada na história, uma página, aliás, sem muitos registros:

[...] chegar tropa da Itália já era coisa vista e não interessava mais. O desejo insopitável era agarrar a bagagem o mais cedo possível e sumir. E foi assim que, no Armazém 13 do cais do porto do Rio, desliguei-me para sempre, melancólica e silenciosamente, do que restava da FEB.

Algumas reflexões

Ao contrário do que possa parecer, este texto trouxe mais questões que respostas. Afinal, por que foram convocadas e pouco treinadas enfermeiras, se o Exército possuía um corpo de sargentos enfermeiros, formados pelo Hospital do Exército e com experiência no trabalho (esses sargentos estiveram subordinados às enfermeiras durante a Guerra)? Por que incomodava tanto equipará-las, de fato, aos oficiais? Por que destruir o ideário febiano? Por que as enfermeiras que atuaram junto ao 1º Comando de Caça receberam treinamento (no Rio Grande do Norte primeiramente e, depois, nos EUA), posto, soldo e formação diferenciados? Seria muito simples atribuir tais fatos aos preconceito generalizado contra as mulheres militares, devemos buscar respostas mais completas.

Ao finalizar este texto, me vem à mente a reflexão de Lucien Febvre (1953/ 1987: 99) sobre como reconstituir a vida afetiva de outrora. Ele se perguntava: “[...] o que há de mais rigorosamente individual e mais pessoal que uma emoção? Mais ainda, o que há de mais estritamente momentâneo? [...] o que é que a História tem a ver com todo esse personalismo, todo esse individualismo, todo esse subjetivismo psicológico?”.

Ora, respondeu Febvre a si mesmo, “[...] as emoções são contagiosas e implicam relações coletivas”.

Penso, ainda, em Alessandro Portelli (2000) quando nos recorda que trabalhar com fontes testemunhais (no caso específico o autor se refere à História Oral) é um desafio à memória concentrada em mãos restritas. É considerar uma memória como sinal de luta, como processo em andamento, não apenas como informação. Isto é: memória como um fato da História.

E recordo também a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2009)³ quando nos alerta sobre o perigo de uma história única, mesmo quando contado em diferentes versões. Ela nos recorda que uma história única mostra um povo (uma sociedade, um grupo), como uma coisa, e apenas como essa coisa, repetidas vezes, e é nessa coisa que ele se transforma, pois “cria “ memórias, isto é, constrói representações que são apropriadas e geram novas representações. Relatos, testemunhos, lembranças se impõem contra o poder de fazer com que uma determinada História seja apropriada como uma história definitiva.

Pensar, assim, a relação história e memória, dialeticamente, é estarmos alertas ao perigo de uma História única.

Por fim, mais uma vez, faço minhas as palavras de Chartier (2009: 70)⁴ ao nos recordar que fazer história é como escutar os mortos com os olhos: “Escutar os mortos com os olhos. Muitas sombras passaram por dentro de minhas palavras, lembrando, através presença destas, a tristeza que nos traz a ausência daquelas. Sem elas, ou outras que nada escreveram, eu não estaria neste lugar hoje à noite”.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda. Palestra em TED Archive 2009 (Ideas Worth Spreading). Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=O6mbjTEsD58>. Acesso em 03 de março de 2011.

CAMERINO, Olímpia de Araújo. *A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Capemi Editora e Gráfica Ltda., 1983.

CANSANÇÃO, Elza. *E foi assim que a cobra fumou*. Rio de Janeiro, Imago, 1987.

CHARTIER, Roger. *Écouter les morts avec les yeux*. Paris : Collège de France/ Fayard, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FEB. *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. São Paulo, s/d, 1949.

³ Em Ted Archive 2009 (Ideas Worth Spreading), <http://www.youtube.com/watch?v=O6mbjTEsD58>.

⁴ Tradução minha.

FEBVRE, Lucien. La sensibilité et l'Histoire. In CHARTIER, R. (org). *La sensibilité dans l'Histoire*. Paris: Gerard Monfort, 1987. P. 95 – 111.

LEITE, Juçara Luzia. Enfermeiras na FEB: quando as mulheres vão à luta. *Revista do Exército Brasileiro*. v. 137, Rio: Biblioteca do Exército Ed., 1º Quadrimestre de 2000.

LEONZO, Nanci. Nossas Marias Quitérias. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 135, Rio: Biblioteca do Exército Ed., 3º trimestre de 1998. P. 47 – 55.

MEDEIROS, Elza Cansação. *Nas barbas do tedesco*. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana/ Biblioteca do Exército, 1955.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In SILVA, Zélia Lopes da. (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo, Ed. Unesp, 1999. P. 11–30.

MORAIS, Berta. Testemunho de uma enfermeira. In FEB. *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. São Paulo, s/d, 1949. P. 403 – 419.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tânia M.; ALBERTI, Verena (orgs). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. P. 67 – 71.

SAMUEL, Raphael. *Theatres of memory*. Londres: Verso, 1999.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *Brasileiras Célebres*. Ed. Fác-Similar. Brasília: Senado Federal, 1997.

SILVA, Maristela Freitas. *Resgatando a memória: a história das enfermeiras da FEB na II Guerra Mundial*. 1995. 165f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem Anna Nery/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.